

À P A R T E

Pensamento Autoritário e Modernidade no Brasil

Silene de Moraes Freire*

Resumo: o presente artigo analisa a vinculação do pensamento autoritário ao projeto político do capital industrial no Brasil entre os anos 1930 e 1940, por meio de estudo de trabalhos representativos da época e de outras pesquisas e ensaios sobre o tema. A conclusão central é sobre a forma instrumental desse pensamento político para a legitimação de uma modernização de tipo conservadora caminho da modernização capitalista brasileira.

Palavras-chave: Pensamento Político Autoritário; Brasil; Revolução Burguesa.

Abstract: The essay analyses the connections of authoritarian thought and the industrial capital political project pointing out the instrumentality of the authoritarian thought for legitimate a conservative modernization as pathway for Brazilian capitalism.

Keywords: Authoritarian political thought; Brazil; Bourgeoisie revolution in Brazil.

Introdução

A terceira e a quarta décadas do século XX marcam uma inflexão importante na História do Brasil, constituindo um momento significativo de um longo processo, extremamente complexo, da revolução burguesa nestas latitudes¹. Foi nesse contexto que a sociedade brasileira assistiu ao surgimento de intelectuais profundamente preocupados com a explicação da realidade brasileira. Isso porque a década de

* Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Pesquisadora bolsista do Programa Pró-Ciência UERJ/FAPERJ. Coordenadora do Proealc/UERJ. Doutora em Sociologia pela USP. Endereço postal: FSS - Rua São Francisco Xavier, 524, 8. andar, Maracanã, Rio de Janeiro, cep. 20.550-900. Endereço eletrônico: silenefreire@gmail.com

1930 parece ter criado condições para a transformação de todo um quadro de pensamento, formando uma nova ambiência intelectual¹. Assim é que o período, no plano cultural, será todo marcado por mudanças que expressam a preocupação com a construção da modernidade.

O presente artigo objetiva fornecer elementos de análise para compreensão do cenário histórico-cultural anteriormente citado, com base no reconhecimento da estreita vinculação naquela época (como hoje) entre a produção intelectual e a vida propriamente política; vinculação essa que se operou paralelamente ao desenvolvimento de um rígido modelo de exclusão cultural e política. Nesse período, como decorrência das tensões externas (a Segunda Guerra Mundial) e internas (repressão política e inquietação social), há a emergência de uma nova concepção de atividade intelectual e de organização da cultura. De fato, no período de 1930/45, a cultura do autoritarismo, sob as mais diversas formas, transborda e permeia amplamente a prática das classes dominantes no Brasil, fornecendo à elite governamental orientações referentes à reformulação do marco institucional vigente. Conforme mencionamos, dentro da seara intelectual do período, a preocupação com a construção de distintas abordagens para explicar a realidade brasileira de então torna-se uma característica comum. No complexo quadro ideológico da época, o pensamento autoritário² destaca-se como um dos principais componentes da produção intelectual, justamente porque o seu modo de analisar a realidade, assim como as soluções apresentadas para a mesma articulavam temas em perfeita conexão com a perspectiva de construir um projeto político comprometido com os interesses do capital industrial.

É interessante notar que as formas de pensamento político se desenvolvem em torno de questões políticas que não são dadas *a priori*; são produzidas por diferentes práticas sociais que não pertencem a um mesmo discurso e são frequentemente antagônicas. Por isto, nesse momento, a difusão de toda uma corrente de pensadores que interpreta a realidade brasileira e encaminha propostas e sugestões desvinculadas da tradição liberal, não foi obra do acaso. Se muitos representantes do pensamento político autoritário se destacaram nesse período, foi porque suas ideias entrosaram-se na sociedade brasileira e, nela, encontraram ambiente propício à sua difusão. Em outras palavras, essa linha de pensamento – que fez da “questão social” seu principal objeto – demonstra que é possível identificar, no quadro

¹ Carlos Guilherme Mota, ao estudar a ideologia da cultura brasileira de 1933 a 1974, também chega a essa conclusão quando observa que “a Revolução, se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira – já arranhada pela intelectualidade que emergiu em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de um lado, e com a fundação do Partido Comunista, de outro” (MOTA, 1978, p.27). Esse é um período marcado pelo surgimento de uma nova geração, que nos seus melhores momentos, revelou obras tão diversas da corrente autoritária e que de diferentes formas conseguiram captar certos sentidos da modernidade brasileira como as de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Roberto Simonsen (1937).

² Sem dúvida, o grupo de intelectuais formado a partir da Primeira República, que a historiografia brasileira convencionou chamar de pensadores autoritários, não é fácil de ser definido. Entretanto, a leitura atenta dos autores desse próprio grupo, contribui para o entendimento desta definição da historiografia nacional, nas obras: CAMPOS, Francisco (1941); AMARAL, Azevedo (1938), TORRES, Alberto (1914 e 1933) e VIANNA, Francisco José de Oliveira (1987). Entre os trabalhos que analisam o pensamento destes autores como autoritário, destacamos: SANTOS (1978); LIMA e DINIZ (1971); LAMOUNIER (1985); MEDEIROS (1978); TAVARES (1979); FREIRE (1994, 1998, 1999 e 2001), PÉCAULT (1990).

ideológico da época, certas diretrizes claramente definidas, que funcionavam para a elite governante como um dos suportes do processo de modernização em curso³.

Não seria exagero afirmar que, na sociedade brasileira, o conjunto das idéias reacionárias, conservadoras, que emergiu de grupos intelectuais formados a partir da Primeira República – que a nossa historiografia convencionou chamar de pensadores autoritários – é exatamente o pensamento político que, de forma mais competente, aborda a “questão social” sob um registro despolitizante, de modo que apresenta o mais alto grau de instrumentalidade para a construção de uma modernidade “pelo alto”, sem rupturas com as bases arcaicas da sociedade brasileira e destruidora das possibilidades democráticas (FREIRE, 1994).

Desse modo, buscamos aqui sugerir alguns argumentos favoráveis a um resgate do significado e influência do pensamento autoritário brasileiro na cultura política nacional, que motivou um significativo conjunto de estudos acadêmicos ao longo das décadas de setenta e oitenta do século passado; e parece hoje, em pleno século XXI, ter sido relativamente abandonado enquanto problemática. Não cabe aqui a elucidação dos motivos sociológicos, acadêmicos ou institucionais desse abandono. Mas importa registrar que, durante a década de noventa do século XX e neste início de século, o refluxo das análises sobre o “autoritarismo” esteve nitidamente relacionado à sensação de que esse fenômeno já seria um problema superado, tendo em vista o restabelecimento de uma ordem democrática no país após o retorno dos militares às casernas.

Sem dúvida, nos últimos anos o eixo das discussões intelectuais tem priorizado a interpretação dos fatos emergentes. No entanto, apesar da relevância de tais interpretações, ao chegarmos ao século XXI faz-se necessário repensar os séculos passados, sobretudo o século XX, não apenas como reconhecimento do seu significado na história recente de nosso país, mas como caminho relevante para o melhor entendimento das atuais questões sociais, políticas e econômicas. Não cabe aqui reproduzir o vício sociológico de tomar o mundo presente como desembocadura necessária dos eventos passados, mas de resgatar os elementos da cultura política que sublinharam momentos importantes de nossa história e deixaram marcas profundas em nossas sociedades. Por esse motivo, optamos por resgatar, nesse artigo, elementos importantes do pensamento político brasileiro que evidenciam os limites com os quais, hoje, nos deparamos no Brasil para consolidar um projeto verdadeiramente democrático que não se reduza à mera existência do pleito eleitoral. Não pretendemos, obviamente, ignorar nossa dependência aos processos hegemônicos internacionais, mas sim, resgatar elementos históricos particulares que são facilitadores dessa situação.

Para alcançarmos nosso objetivo dentro dos limites formais de um artigo, realizamos um esforço de síntese que privilegiou algumas passagens das obras de Oliveira Vianna, Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Como a

³ Tanto mais urgente era esta questão quando se pensa que o governo – emanado de um golpe de Estado – tinha que buscar legitimidade nas suas ações, pois não encontrava respaldo na ordem jurídica. Assim, o governo ditatorial precisava se armar de “poderes especiais” – ideológicos – para ampliar sua esfera de influência na economia e na política.

obra de cada um desses autores é volumosa e multifacetada selecionamos as que enfocam mais diretamente o problema da *organização do Estado no Brasil*. Também procuramos mencionar alguns estudos de autores que se tornaram referência obrigatória nesse debate, como Jarbas Medeiros, Bolívar Lamounier, José Nilo Tavares, Renato Ortiz, Luiz Werneck Vianna, Daniel Pécaut e Carlos Guilherme Mota.

Da Descoberta à Construção do Brasil Moderno: aportes para o debate

Com a “Revolução”⁴ iniciada em 1930 e reforçada em 1937, inaugurou-se nova fase nas relações entre o Estado e a classe operária. A repressão do período anterior não se atenuou. Ao contrário, aprimorou-se através de organismos especializados no combate ao movimento sindical independente, ao Partido Comunista e à esquerda em geral. Porém, o que sucedeu de realmente novo foi que o Governo Vargas pôs em prática uma coerente e sistemática linha ideológica de conquista e disciplinamento da classe operária.

Nesse momento, vive-se de forma mais nítida o processo de organização daquilo que vai se tornar a estrutura de classes do Brasil industrial e capitalista. Isso implicava um esforço a fim de construir, pela invenção e pela descoberta, o ser brasileiro moderno. Desta forma, a construção da modernidade do Brasil se transforma em projeto nacional. Todos compreendem, uns como modelo, fonte de inspiração e motivo, outros como intérpretes e criador, que o moderno – agora associado à idéia de universalização, e não mais como réplica de um padrão que apenas certos círculos das elites entendiam ser conveniente para o país – deveria ser construído. Como observa Luiz Werneck Vianna, pela direita e pela esquerda,

Vargas, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Villa-Lobos, Portinari, a literatura regional, Gilberto Freyre, Mário de Andrade e Oswald de Andrade, estabelecem a natureza do moderno quer por sua identificação com os seres sociais emergentes com a urbanização e industrialização, quer pela tentativa de construir uma identidade para eles (VIANNA, L.W., 1986, p. 15).

O moderno é internalizado. Os militares da Coluna Prestes descobrem o povo sem direito e marginalizado do campo brasileiro, – e se transformam, a partir desta descoberta –, a Igreja se reorganiza em “moldes modernos” para interferir na ação estatal; os intelectuais, de modo geral, se empenham com tenacidade e convicção na elaboração de receitas para construir e enfrentar a modernidade. “Imatura e profundamente heterogênea, a nova sociedade rejeita a ordem oligárquica e sua concepção de moderno, que não a compreendia”. (VIANNA, L.W., 1986, p.

⁴ Numa sociedade na qual as transições de aprofundamento do capitalismo não contam, como mencionou Florestan Fernandes (1975), com a “vontade revolucionária” da burguesia, nem com processos concretos de ruptura. Ou seja, onde “a própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (idem, p. 204-5), não seria correto considerarmos a inflexão histórica de 1930 como uma revolução de fato. Daí a utilização das aspas.

16). Assim acredita que “a modernidade virá pelas mãos das novas elites que dão forma, em 1930, ao novo Estado burguês”. (VIANNA, L.W., *idem*). Cabe ressaltar que, assim como os sindicatos, a partir de 1930, o moderno se estatiza: “A cidadania se amplia, o sistema da ordem se faz mais abrangente e universalizador. A condição, porém desta cidadania ampliada estará na sua incompletude, restringida pela regulação exercida pelo Estado por meio de suas instituições corporativas”. (VIANNA, L.W., *idem*). Em realidade, moderno é o trabalho, o mundo das relações sociais de produção. Com efeito, esta versão de moderno se torna hegemônica, e o dinamismo das velhas e novas agências estatais em organizar a sociedade civil fazem do Estado burguês um verdadeiro “Estado ampliado”, conforme a definição gramsciana. Atividades distintas como sindicalismo e industrialismo, arquitetura e urbanismo, música, educação, mesmo profissões liberais de vetustas tradições, como a dos advogados – a OAB é de 1930 –, sofrem a intervenção do Estado. Os diferentes aspectos deste período demonstram que os intelectuais, enquanto membros de profissões específicas, também estavam sujeitos às disposições corporativas⁵. Assim, o intelectual foi se inserindo cada vez mais na construção desse processo, que demonstra a correlação que se pode estabelecer entre a organização das profissões e o processo de formação do Estado, como registrou Pécaut (1990).

Como destacou Berman (1986), as análises de Marx são esclarecedoras sobre a situação que alguns profissionais e intelectuais sofrem com a modernização capitalista. Para Marx, o médico, o advogado, o pregador, o poeta, o homem da ciência, que julgam poder viver em um plano mais elevado que o das criaturas comuns, que julgam poder transcender o capitalismo na vida e no trabalho, em realidade não o conseguem. Segundo Marx, “a burguesia despiu de seu halo todas as atividades até então honradas e vistas com reverente respeito. Transformou o médico, o advogado, o pregador, o poeta, o homem da ciência em trabalhadores assalariados”. (MARX, *apud* BERMAN, 1986, p.111) Agora, eles são membros da moderna classe trabalhadora, o proletariado.

O tipo de modernização que ocorre na sociedade brasileira – pelo alto, reguladora e disciplinadora da sociedade – embora acabe inibindo sua livre manifestação, é conduzida pelo Estado, como mencionou Luiz Werneck Vianna (1986), com a audácia de quem porta consigo a novidade – a indústria e a ideologia do industrialismo.

Não obstante, é importante ressaltar que os discursos em defesa da construção de uma sociedade moderna, no Brasil, não se dão apenas num único plano. Neste sentido, podemos dizer que a modernidade brasileira, sobretudo na década de 1930, será pensada pelos intelectuais em dois planos – ambos dentro do padrão instaurado pela sociedade burguesa. Tal fato pode ser melhor exemplificado se

⁵ Além dos advogados, a profissão de jornalista também conta com o beneplácito do Estado, sendo regulamentada em 1931; a Academia de Medicina é fundada em 1931; o Conselho de Engenharia e Arquitetura, constituído em 1933; e também um sindicato de escritores. Essa regulamentação não questiona a posição dos intelectuais; porém, confere meios às elites daquelas profissões para criar as condições de acesso ao exercício profissional, e para intervir em nome da “ética” profissional. (VIANNA, L. W., 1986, p.54). Legitimava, desse modo, competências especializadas, e delegava aos organismos profissionais certas funções públicas.

tomarmos como paradigma a ideia do Modernismo como projeto para se pensar a relação entre cultura e modernização na sociedade brasileira.

Como se sabe, o modernismo ocorre no Brasil sem modernização. Não é por acaso, como assinala Renato Ortiz (1988, p. 32), que os críticos literários têm afirmado que o Modernismo da década de 1920 “antecipa” mudanças que irão se concretizar somente nos anos posteriores. Não se trata, porém, de perceber o Modernismo como uma previsão, de uma genialidade imanente ao homem da arte; o descompasso é um elemento da sociedade brasileira periférica, o que nos leva a observar o que diferencia o nosso Modernismo dos outros⁶.

Nestes termos, é possível afirmar que alguns intelectuais brasileiros já possuíam, mesmo antes de 1930, uma intuição geral da dinâmica social que faltava ainda a líderes saídos do próprio meio burguês.

Tal fato pode ser comprovado pelo do estudo realizado por Eduardo Jardim sobre o Modernismo brasileiro. Para o autor, o Movimento Modernista pode ser dividido em duas fases. “Na primeira, que vai de 1917 a 1924, os participantes são marcados por uma preocupação eminentemente estética; eles tentam romper com o passadismo e absorver as conquistas das vanguardas europeias” (JARDIM apud ORTIZ, 1988, p. 34). Na segunda fase ocorre uma reorientação, e eles se voltam para a elaboração de um projeto de cultura mais amplo. Neste período, “a questão da brasilidade se torna o centro da atenção dos escritores e vai gerar vários manifestos como o Pau-Brasil, Antropofágico, Anta. Ao Brasil real, contemporâneo, os modernistas contrapõem uma aspiração que aponta para a modernização como um todo”. (ORTIZ, 1988, p. 35). As duas perspectivas serão concretizadas nas orientações políticas dos grupos e frações que compõem o movimento – à direita com Plínio Salgado e mais à esquerda com Oswald de Andrade. O mais importante, nesse movimento, no entanto, é que por detrás dessa nova “mentalidade cultural” que percebe o moderno como vontade de construção da identidade nacional, existe um terreno comum com a modernização. Por isso, não é difícil avaliar que a vontade de construção nacional expressava a necessidade de assumir a modernização do país.

Espécie de *happening* produzido por escritores e artistas, o movimento modernista foi, sob vários aspectos, um processo “definidor do conteúdo da modernidade cultural brasileira e da exploração dos alicerces da nacionalidade brasileira na busca de suas maneiras de ser, seus falares, sua diversidade étnica e cultural, e das indefinições que estão na raiz da sua inventividade” (PÉCAUT, 1990, p. 27). Portanto, segundo Daniel Pécaut, o movimento representa a modernidade ideológica e irônica, que mescla o cosmopolita e o nacional, mas que representa, sobretudo, uma opção pelo nacional.

Em conferência pronunciada no Teatro Municipal de São Paulo sobre “Arte Moderna”, Menotti Del Picchia deixa clara a percepção da modernização pelos modernistas:

⁶ Conferir a análise de Marshall Berman (1986) sobre as relações dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos com a modernidade e a efetiva modernização política e econômica da sociedade, conforme estudo a respeito de Paris e São Petersburgo.

Não paremos! (...) Há na angústia e na glória de sua luta odisséias mais formidáveis (...): a do operário reivindicando seus direitos; a do burguês defendendo sua arca; a dos funcionários deslizando nos trilhos dos regulamentos; a do industrial combatendo o combate da concorrência; a do aristocrata, exibindo seu fausto; a do político assegurando a sua escalada; a da mulher quebrando as algemas da sua escravidão secular. (...) Tudo isso – e os automóveis, os fios elétricos, as usinas, os aeroplanos, a arte –, tudo isso forma os nossos elementos da estética moderna, fragmentos de pedra com que construiremos, dia a dia, a Babel do nosso sonho (...) (PICCHIA apud MEDEIROS, 1978, p. 541).

O movimento modernista demonstrava que, integrados no sistema capitalista maior, não podíamos escapar do “destino” e dos objetivos deste sistema. Desta forma, os modernistas procuravam compor as forças de “resistência” do passado com as injunções imperativas e “fatais” da modernização institucional.

A consciência que o movimento modernista despertou faz com que não seja casual que raros tenham sido os participantes da Semana de Arte Moderna que não se alinharam, logo depois, como militantes no terreno do nacionalismo: seja o nacionalismo conservador ou o progressista, seja o nacionalismo patriótico ou o esclarecido.

O fato de existir, dentre os modernistas, um arranjo ininterrupto das ideias, de sorte a mantê-las modernas, demonstra que certos segmentos da cultura brasileira estavam fazendo uma espécie de reconhecimento da realidade empírica. Esta se apresentava como uma série de “fatos” ou “traços” peculiares a um momento de aceleração do sistema capitalista não só nacional como internacional. Mas, vale mencionar que

os movimentos artísticos de vanguarda, cujo aparecimento, na Europa, tinha razões objetivas e subjetivas e refletia as angústias de uma sociedade em radical mudança, a que o conflito devastador abalara dos alicerces à cúpula, chegavam até nós através de artistas que os haviam conhecido em suas fontes. Mas não havia, no Brasil, aquelas condições e razões que, lá, haviam produzido aqueles movimentos. A burguesia do Ocidente Europeu, cuja decadência estava refletida nas manifestações artísticas apresentadas, às vezes, como renovadoras, era muito diferente da burguesia brasileira, que emergia de uma sociedade dominada pelo latifúndio, descompromissada, pronta a aceitar tudo o que rompesse com o passado, menos, naturalmente, o que lhe pusesse em risco a posição de classe (SODRÉ, N. W., 1989, p. 58).

Tudo isso não apenas demonstra como as ideias influenciam na construção de uma sociedade moderna, como também nos coloca a necessidade de distinguir

mais claramente as visões diferentes sobre a modernidade, que compõem o projeto de construção da sociedade.

Marshall Berman também considerou este aspecto ao observar que o pensamento atual sobre a modernidade se divide em dois compartimentos distintos: “modernização” em economia e política, “modernismo” em arte, cultura e sensibilidade (1986, p.87). Assim, Marshall Berman conclui que não é surpreendente que Marx compareça em larga escala na literatura sobre modernização e não seja reconhecido, em nenhuma instância, pela literatura sobre o modernismo. Não obstante, o autor considera de suma importância reconhecer que Marx, principalmente através do *Manifesto Comunista*, expressa algumas das mais profundas percepções da cultura Modernista e, ao mesmo tempo, dramatiza algumas de suas mais profundas contradições internas.

Assim sendo, a compartimentalização da modernidade em modernismo e modernização está mais na forma de apresentação das questões trazidas pela nova sociedade, do que no objetivo, que é o mesmo: favorecer as grandes mudanças necessárias para consolidar a ordem burguesa. Não obstante, todos aqueles que no Brasil pensaram a construção da modernidade em 1930, como Getúlio Vargas, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Francisco Campos e muitos outros – ou mesmo antes da “revolução”, como é o caso dos representantes do movimento modernista – em realidade estavam preocupados com a modernidade capitalista⁷. Não por acaso, a Primeira República pareceu, aos olhos de muitos, precocemente envelhecida para guiar um projeto em consonância com a modernização percebida e desejada, sendo definida antes mesmo de 1930, por vários intelectuais, como República Velha.

Seria um erro, de nossa parte, negar que a modernização pode percorrer vários e diferentes caminhos (na verdade, toda a questão em torno da teoria da modernização consiste em mapear esses caminhos). No entanto, precisamos compreender como esse caminho se confirma no processo histórico como a melhor via para a construção da modernidade. Isso implica considerar a importância da dimensão ideológica na configuração de um projeto ético político. Tal reconhecimento se revela ainda mais essencial quando consideramos que a ideologia tem uma validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição. Neste sentido, nada mais evidente do que a necessidade do novo governo começar a consolidar um modo de “representação do real”, uma “visão do mundo” que possibilitasse uma ruptura com a forma na qual se entendia estar assentado o poder oligárquico, ou seja, o liberalismo. Este, segundo os novos governantes, poderia ser um grande obstáculo à efetivação das reformas desejadas, já que era incapaz de atender demandas novas.

Tanto mais urgente era esta questão quando se pensa que o governo emanado de um golpe de Estado tinha que buscar legitimidade nas suas ações, pois

⁷ As medidas industrializantes, assim como a instalação da Usina de Volta Redonda, com a criação da Companhia Siderúrgica nacional, iriam comprovar o compromisso do Estado com a modernidade capitalista, demonstrando que a política “antecedida” a economia. A eficácia das medidas estatais reforçava o consenso dos empresários junto à nova ordem corporativa. Ver: CARONE (1976, p. 59-61).

não encontrava respaldo na ordem jurídica. Assim, o governo ditatorial precisava se armar de “poderes especiais” – ideológicos – para ampliar sua esfera de influência na economia e na política.

Cabe lembrar que a nova correlação de forças, que se apoderou do Estado no pós-1930, expressando preocupação com a modernização do país e com a expansão das atividades ligadas ao mercado interno, tinha por objetivo substituir rapidamente as ideias do liberalismo econômico por ideias corporativas que propunham a intervenção do Estado na economia (FREIRE, 1994 e 1998).

Nesse sentido é que no período de 1930/45 a cultura do autoritarismo guiara a prática das classes dominantes no Brasil, fornecendo à elite governamental orientações referentes às opções do novo regime. Nesse contexto, os pensadores autoritários elaboraram a forma possível para a modernização.

A Instrumentalidade do Pensamento Autoritário na Construção da Modernidade

Ao analisarmos as proposições de alguns dos principais teóricos desta linha, podemos notar que o autoritarismo formou-se e amadureceu como corrente teórica em íntima conexão com a ação política, deixando nítida a intenção de influir sobre os acontecimentos. Os trabalhos de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral são particularmente sugestivos a esse respeito – reclamando, a cada passo, reformas “modernizantes”, que se fizessem, obviamente, por via autoritária. A obra de Oliveira Vianna evidencia porque os acontecimentos posteriores a 1930 fizeram dele um dos ideólogos mais “lúcidos” (em termos, naturalmente, de estrutura do poder) de todo o Brasil contemporâneo. Daí, certamente, a importância do estudo de sua obra. De forma resumida, podemos dizer que toda a obra de Oliveira Vianna é a postulação de um governo “forte” intervencionista, aí entendido o Executivo Federal. Em realidade,

era como se Oliveira Vianna buscasse “aproveitar” de nossas oligarquias apenas o seu autoritarismo histórico a fim de justificar nas décadas de 1920 e 1930, a construção de um Estado autoritário “consequente” e que viesse a assumir este *status*, com o objetivo de, através dele, promover a “modernização” institucional de nosso país, isto é, atingirmos o Estado Moderno. (MEDEIROS, 1978, p. 160).

Adeptos declarados da senha “civilizar por cima”, formulada por Otávio de Faria, legitimando-a como uma forte vertente da identidade nacional a ser construída por um Estado Forte, os intelectuais autoritários sentiam-se, sem outro mandato a não ser o derivado de suas convicções, os grandes responsáveis pela restauração do Estado e da Nação. Desta forma, o apelo aos demais intelectuais para que se integrassem, enfim à nação a que pertenciam partia do pressuposto de que se encontravam diante de uma missão que somente eles, enquanto intelectuais, poderiam organizar “pelo alto”, tornando-a civilizada. Desse modo, não causa espanto que, apesar de ser inegável, nesse período, a presença de organizações da

sociedade civil no cenário nacional a ideia da sociedade brasileira como uma “sociedade amorfa” foi muito cultivada. De várias formas, a tese da incompetência e fragilidade da sociedade civil foi defendida por dirigentes e intelectuais. Alberto Torres, o precursor incontestado dos pensadores autoritários de todas as tendências, é um bom exemplo de como a ideia de amorfismo da sociedade é significativa no conjunto de preocupações intelectuais já nas primeiras décadas do século XX:

Nenhum outro povo tem tido, até hoje, vida mais descuidada do que o nosso, o espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio de seus palácios e de suas avenidas, de suas bibliotecas e de seus mostruários de elegâncias e de vagos idealismos com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de ideias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos, nem opinião, nem consciência dos nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social (TORRES, 1914, p. 30).

Alberto Torres parte da seguinte constatação:

a vida cerebral do Brasil gira em torno de dois centros: o mundo dos intelectuais e dos governantes; os escritores, professores, homens de letras e de ciência, os artistas, no primeiro grupo; os políticos, os administradores, os funcionários, no segundo. (TORRES, 1914, p. 179)

Para o autor esses dois centros levam a uma “vida inteiramente alheia à vida da sociedade”, condenando o intelectual a uma condição medíocre, ao invés de exercer a influência que corresponderia à sua missão. A preocupação de Alberto Torres encaminha-se, já em 1914, especialmente para a defesa da atividade política dos intelectuais: “Intelectuais, porém, e, em geral homens de letras, estão longe de ocupar a posição que lhes compete na sociedade brasileira. Não foram, até hoje, uma força social. A intelectualidade brasileira levou ao último extremo essa atitude de impossibilidade perante a coisa pública” (TORRES, 1914, p. 218).

Este apelo encontrou considerável ressonância. A influência do ideário presente no pensamento de Alberto Torres aparece claramente nos escritos de Oliveira Vianna, sendo que este apresentou suas proposições com mais radicalismo e veemência, ao ponto de ser considerado o grande ideólogo do nacionalismo autoritário brasileiro. Foram sugestões destas fontes que serviram, de início, para Oliveira Vianna apontar, no conjunto de sua obra, a incapacidade de direção política do povo brasileiro.

Não temos nenhuma mística incorporada ao povo; portanto, não tem o nosso povo – considerado na sua expressão de povo-massa – a consciência clara de nenhum objetivo nacional a realizar ou a defender, de nenhuma grande tradição a manter, de

nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja o órgão necessário à sua realização (...) Esse auto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – em Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional”. (VIANNA, 1952, p. 395)

Oliveira Vianna chega, neste aspecto, a ser brutal, afirmando que ao nosso “povo-massa” que vive sob a doçura dos trópicos, uma vida puramente vegetativa, bastaria apenas ensinar a “ler, escrever e contar”, já que as nações dependem exclusivamente de suas elites. (VIANNA, 1952, p.382)

A relação massas-elites invade o pensamento político. Azevedo Amaral (1935-1938) acreditava que para o despertar das massas era preciso que sobre elas se exercesse a ação deflagradora da inteligência e da vontade de domínio que só se encontram como elementos no psiquismo das minorias.

A forma passiva pela qual a modernização do país deveria ocorrer é lembrada por esses pensadores autoritários a todo instante. Para Oliveira Vianna, a modernização é perfeitamente “realizável”, podendo ser implantada sem que fosse preciso “atacar ou destruir coisa alguma da nossa velha ordem tradicional e das nossas tradições cristãs; nem a propriedade individual; nem a empresa privada, nem a autoridade patronal”. (VIANNA, 1952, p. 382). O autor faz questão de lembrar que não há o que se temer com o advento da modernidade.

Ao defender o Estado forte como o mais capaz de gerar o processo de modernização, Oliveira Vianna observa que não existiam no Brasil elites econômicas à altura da nossa “atual situação no mundo”. Desta forma, Vianna fazia críticas severas à nossa “burguesia industrial”, mostrando sua “debilidade”, qualificando-a de “egoísta”, “antigrupalista”, “despreparada” e “inconsciente” dos objetivos do Estado Moderno. Para ele, “a nossa burguesia industrial”, que também chamava de “aristocracia industrial urbana” e de “moderna aristocracia do capitalismo”, havia se constituído historicamente dentro de um clima de prosperidade criado “pela ausência de concorrência, pela produção máxima e pelos mercados limitados (...) É nesse clima de puro individualismo e de absoluta ausência de controle (...) que ela ainda continua a viver e a prosperar, patrocinada ‘paternalisticamente pelo Estado pai-de-todos’” (VIANNA, 1952, p. 69-73).

Já que os “capitães da indústria” encontravam-se despreparados “psicologicamente” ou “culturologicamente” para a “prática e realização do Estado moderno”, caberia então ao Estado, disciplinar, “pela nacionalização, a produção individual e a produção coletiva, condicionando-as às exigências e possibilidades dos mercados compradores”, criando, em nossas elites industriais hábitos de cooperação de “solidariedade corporativa”. (MEDEIROS, 1978, p.160). Em suma, para Oliveira Vianna, dada as condições objetivas da sociedade brasileira, somente o Estado forte e intervencionista seria capaz de construir a modernidade.

O fortalecimento do Estado e de suas novas funções de intervenção em assuntos econômicos e sociais constitui os elementos centrais do modelo político proposto

pelos pensadores autoritários. Assim, por exemplo, Francisco Campos, visando substituir e reconstruir, pelo alto, as instituições políticas e burocráticas, modernizando-as, procurou definir uma visão do Estado moderno, como Estado autoritário e antiliberal. Para Francisco Campos, ter uma visão da sociedade moderna é ter uma visão da sociedade de massas. Desta forma, “os Estados autoritários não são criação arbitrária de um reduzido número de indivíduos: resultam, ao contrário, da própria presença das massas (...) O clima das massas (...) não obedece às regras do jogo parlamentar e desconhece as premissas do liberalismo” (CAMPOS, 1941, p.17-23).

Francisco Campos pleiteava o Estado corporativo, que deveria ser progressivamente implantado entre nós. Assim, para ele, todos os grupos “desarticulados”, “separatistas”, como aqueles gerados pelas autonomias regionalistas, pelos partidos políticos e sindicatos, deveriam ser retirados da órbita de uma composição contraditória e individualista onde o liberalismo os colocara, para serem integrados, segundo sua concepção autoritária, dentro do Estado e pelo Estado. Um ponto que merece destaque – aliás, claramente relacionado às aspirações da burguesia industrial da época – é a importância atribuída, não só por Francisco Campos, mas por toda essa linha de pensamento, à defesa da integração econômica entre as várias regiões e, sobretudo, à integração do mercado interno. Como observa Eli Diniz, “a demanda da abolição das barreiras interestaduais pela extinção de impostos e taxas que dificultavam a livre circulação dos produtos encontra respaldo no pensamento autoritário” (DINIZ, 1978, p. 93). Assim sendo, não é casual que a eliminação dos impostos interestaduais era, afinal, uma das principais inovações da Constituição de 1937, elaborada por Francisco Campos.

Segundo Eli Diniz, garantir a

integração social, promover o bem político, disciplinar e canalizar as ações individuais para a realização dos objetivos superiores da Nação, subordinar os interesses individuais aos interesses coletivos são, para essa linha de pensamento, tarefas fundamentais e intransferíveis do Estado modernamente concebido (DINIZ, 1978, p. 90).

Nesse contexto, a construção deste novo Estado implica reconhecer a necessidade de seus amplos poderes em assuntos econômicos e sociais e consequentemente suas relações com a iniciativa privada. Por esse motivo, Azevedo Amaral acrescenta que “o Estado só deve tolher ou limitar as iniciativas individuais quando estas entram em conflito com o interesse coletivo”. (AMARAL, 1938, p.171). Assim afirma: “Na esfera econômica, a subordinação dos interesses dos indivíduos e dos grupos ao ritmo imposto pelas considerações do bem geral, não passa de limites que bastam para deixar às iniciativas privadas campo livre onde se poderão desenvolver sem encontrar oposição do poder público”. (AMARAL, 1938, p. 174)

Também para Azevedo Amaral, o Estado moderno, autoritário e nacional será um Estado corporativo e técnico – no qual o neocapitalismo superaria o capitalismo. A industrialização estava, assim, na base da modernização: “uma Nação

destituída de qualquer forma de atividade industrial constitui verdadeiro contra-senso sociológico". (AMARAL, 1938, p. 200) O Estado moderno seria, segundo Azevedo Amaral, uma expressão da "fase econômica" que atravessava a civilização e a modernização identificava-se com o intervencionismo estatal, com o autoritarismo e com o tecnicismo. Em toda a sua obra, Azevedo Amaral relacionava a industrialização com a civilização moderna, tornando-as equivalentes. É a partir mesmo desta relação que ele reinterpreta a nossa história, mostrando que as indústrias compõem o modo de produção mais importante na etapa da evolução econômica do Brasil, afirmando que mesmo o desenvolvimento agrícola estaria na dependência desta industrialização: "nos países onde não há indústrias, as atividades agrárias caracterizam-se pelo atraso dos seus métodos de produção e pelo pequeno rendimento por elas produzido (...) Hoje ninguém mais ignora a influência da industrialização como fator de elevação do nível das atividades agrícolas". (AMARAL, 1930, p. 255)

Segundo Eli Diniz, o reconhecimento explícito da ineficiência de um sistema econômico baseado exclusivamente no setor agro-exportador seria mais um aspecto da conexão existente entre as formulações autoritárias e as preocupações do empresariado industrial nascente (DINIZ, 1978, p. 93) Nesta ordem de considerações, Azevedo Amaral chega a ir longe, sugerindo mesmo a ineficácia da aristocracia rural como classe dirigente, dados, entre outros fatores, os horizontes limitados de sua visão de mundo. À mentalidade acanhada dos elementos rurais, Azevedo Amaral contrapõe o espírito universalista da indústria, o que permite entrever "a percepção da elite industrial como um grupo potencialmente mais capaz e empreendedor". (DINIZ, 1978, p. 93)

É importante ressaltar que, dentre os autores autoritários que estamos analisando, Azevedo Amaral é o que aponta mais claramente em sua obra a industrialização como a via adequada "para superar a crise e assegurar a emancipação econômica e política do país" (DINIZ, 1978, p. 94). Cabe observar que, em meio à década de 1930, Azevedo Amaral publicou três dos mais importantes livros da imaginação política brasileira, conforme referência no final do texto. Suas elaborações estão centradas – mais que a dos outros pensadores autoritários – nas relações entre o autoritarismo e os gigantescos sistemas industriais modernos.

Cabe notar também que, nos ataques que fazem à dominação oligárquica, estes pensadores não aparecem como críticos da desigualdade social. Isto porque para os autoritários esta questão não era prioritária. Em outras palavras, a expansão da riqueza era vista como mais importante que a sua distribuição. Tal postura fica evidente nas palavras de Oliveira Vianna (1930), ao frisar que num país ainda por colonizar, é de um ridículo atroz que estejamos a debater a distribuição da riqueza, quando os mais simples, os mais elementares problemas relativos à produção ainda não foram resolvidos. Vale mencionar que embora diga atribuir importância à distribuição da riqueza, Oliveira Vianna empenhou-se explicitamente em *Populações Meridionais do Brasil* (1952a), na tarefa de traçar uma genealogia racial da desigualdade social. Através da teoria das desigualdades sociais, justificava a superioridade de uma das raças sobre outras, associando sempre as elites com as raças superiores e fazendo da etnologia uma ciência explicativa dos fenômenos sociais e históricos.

Outro aspecto desta corrente de pensamento que merece ser assinalado é a ideia do nacionalismo. Como bem observou Eli Diniz,

a posição nacionalista típica desta corrente não envolve oposição à participação do capital estrangeiro na expansão dos países em processo de industrialização. Ao contrário, a contribuição da técnica e do capital dos países mais desenvolvidos é considerada um importante fator para a superação do atraso econômico das nações agroexportadoras" (DINIZ, 1978, p. 99).

Diniz lembra que não se trata de um ponto de vista unânime, porém o que sobressai é a postura favorável, a posição de abertura à empresa privada estrangeira. Tanto Azevedo Amaral, em seu livro: *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938) como Oliveira Vianna, em 1932, no programa elaborado a pedido de Juarez Távora para o movimento tenentista – e no programa que elaborou, em 1934, para o partido economista, a pedido da elite empresarial – “expressariam sua convicção na utilidade da colaboração do capital estrangeiro como fator de fortalecimento econômico do Brasil”. (DINIZ, 1978, p.99)

A matriz ideológica – modernização/nacionalismo/autoritarismo – aparece implícita na concepção de Estado moderno dos autoritários. Acreditamos, não obstante, que o conceito de modernização capitalista não pode ser tomado como um sentido sociológico abstrato, por envolver, ao nível da estrutura econômica, uma valorização dos setores “de ponta”, “avançados” – que são, em geral, os que absorvem capital e tecnologia e reduzem a mão de obra. Este conceito implicaria, como Jarbas Medeiros (1978, p.33) observou ao estudar a ideologia autoritária no Brasil, o acirramento do processo de concentração de rendas, guiando a agudização do desnivelamento social e regional, gerador, então, de tensões ao nível político, sobretudo em países agrários, de explosão demográfica e rarefeito desenvolvimento industrial, em situação, pois, de desemprego ou subemprego estruturais. Por outro lado, “a modernização, ao nível institucional, causaria o ‘alargamento’ e a complexificação da burocracia estatal (terciário) provocando maior oferta de emprego para os setores e estamentos médios. Havia, assim, como um todo, movimentos assíncronicos de ‘marginalização’ e de ‘integração’”. (MEDEIROS, 1978, p. 42). O que nos parece é que esta corrente de pensamento tem como pressuposto implícito a constatação de que o dinamismo modernizante capitalista, em sua fase monopolista, por ser extremamente “irregular” nos países “atrasados”, teria, assim, nestes últimos, o autoritarismo político como superestrutura adequada.

Desse modo, não causa espanto que seja por meio do Estado que o pensamento autoritário reproduza o “imaginário” da burguesia industrial. Nestes termos, “o mundo do trabalho, o *ethos* do industrialismo, a própria regulação do valor da força de trabalho, resultam de uma construção da intelectualidade incorporada ao aparelho estatal e que aí cria as bases para a regulação das relações sociais sob o capitalismo para a expansão da industrialização” (VIANNA, 1986, p. 70). Assim, “a ideologia política assume a dimensão de um fato constitutivo da própria ordem política que se deseja construir” (GOMES, 1979, p. 105).

Desta forma, a análise das principais proposições do pensamento autoritário ajuda a desvendar o significado do projeto que o governo, juntamente com intelectuais e políticos da época, idealizaram para “recriar” a sociedade brasileira. Melhor dizendo, ela ajuda a compreender quais eram os suportes ideológicos da modernização. Não ignorando, como observa Pedro Fonseca (1989), que modernizar, nesse contexto, significava novas leis, novos códigos, novos órgãos de decisão e de execução de políticas econômicas; intervenção estatal direta no mercado cambial, criação de institutos para planejar e levar à cabo as políticas de interesse de vários produtos agrícolas; mudar o sistema eleitoral, fazer a representação classista, estender o voto às mulheres e torná-lo secreto. Reconhecer a existência de classes sociais e impedir o prosseguimento da política regionalista em favor da política nacional orientada pelo Estado; constituir enfim, um mercado nacional integrado, abolindo os impostos interestaduais e dando ao governo federal os meios necessários para a execução da política fiscal. Modernização, enfim, significava capitalismo industrial.

Nesse período, as análises do pensamento autoritário e das discussões travadas entre seus próprios formuladores demonstram que nem sempre eles eram concordes nos seus diagnósticos e propostas. Não obstante, é inegável o esforço dos autoritários para pensar a instabilidade interna em suas vinculações com a problemática das sociedades modernas, de analisar as transformações que então se processavam, buscando apontar novas soluções através de novas formas de organização político social. Também é inegável que a solução encontrada por eles para a construção da modernidade brasileira – um Estado forte e intervencionista – contribuiu de forma significativa para a legitimação da modernização conservadora como o caminho para a modernização capitalista brasileira.

A nebulosidade que o regime inaugurado em 1930 cria em torno da questão democrática é tamanha que se torna possível defender a conveniente proposta de uma “democracia-autoritária”, elaborada por Francisco Campos (1941), como a expressão máxima dos verdadeiros anseios populares. Dentro desse quadro político e social, no qual até as frágeis propostas feitas pelos liberais foram consideradas uma ameaça à ordem, parece desnecessário justificar o porquê da derrota do campo democrático que os comunistas representavam.

Em momentos específicos ligados à transição para o capitalismo em nosso país, é facilmente detectável a presença de uma cultura política impregnada de ideias e práticas autoritárias, que foram de fundamental importância na definição dos caminhos seguidos pela “revolução burguesa” nessa latitude. Esse tipo de cultura política irá se fortalecer, sobretudo no complexo institucional do Estado Novo – quando ganhará maior coerência e consistência, graças às elaborações dos chamados ideólogos do pensamento autoritário – e, sobreviverá à desintegração da ditadura estadonovista, sendo incorporado ao curso do período liberal-democrático que vai de 1945 a 1964. Aos ideólogos do regime de 1964, coube, portanto, muito mais a tarefa de adaptar e aperfeiçoar os mecanismos autoritários herdados às novas condições histórico-sociais, ao novo pacto e ao novo modelo de dominação, do que criar instituições e inventar novos mecanismos.

Considerações Finais

As questões apresentadas ajudam a compreender porque a burguesia brasileira foi capaz de, nos anos trinta, ir gradativamente reconhecendo-se – política e ideologicamente – nos pensadores autoritários e na modelagem do Estado corporativo que eles propuseram. Apesar dos intelectuais autoritários também não se configurarem como ideólogos originários dessa burguesia, eram eles que estavam construindo os suportes políticos e ideológicos de um Estado que respondia mais de perto às necessidades da burguesia naquele momento. Melhor dizendo, foram os pensadores autoritários que mais bem expressaram a ‘consciência possível’ burguesa no período em análise. O mesmo não acontecia com os liberais que, naquele momento, sofrem um verdadeiro deslocamento do seu suporte social, iniciado já no fim da República Velha, não conseguindo se vincular a nenhuma força material. Como os liberais não conseguem sustentar os laços que possuíam com os setores burgueses, politicamente acabam tornando-se residuais.

Em realidade, para entender tal situação, não há como fugir à constatação de que, embora a “Revolução de 30” já tenha encontrado uma estrutura de classe tipicamente capitalista, essa estrutura possuía algumas fronteiras pouco definidas. Daí o fato da burguesia até então não possuir uma clara consciência de si e conseqüentemente ainda ser dotada de um frágil espírito modernizador. Por isso, essa burguesia – cujas tendências autocráticas e reacionárias faziam parte de seu próprio estilo de atuação histórica – acaba percebendo-se incapaz de aprofundar sua revolução apoiada no ideário liberal, que ela própria modelara aos seus interesses de forma pragmática e sem preocupar-se de que maneira ele poderia reorganizar seu próprio mundo, efetivar o poder burguês. Com efeito, esse estado de coisas acaba garantindo aos pensadores autoritários a possibilidade de expressarem a ‘consciência possível’ dessa burguesia, preservando traços inerentes à própria natureza – anti-democrática, ultraconservadora e dependente do Estado para unificar seu poder político – da dominação da mesma. Em suma, a situação mencionada permitiu o êxito dos autoritários frente aos liberais.

O resultado de tal êxito resultou na aceleração do crescimento econômico e no aprofundamento da acumulação capitalista. A burguesia industrial ganhava, assim, uma nova posição de força e de barganha, fornecida pelo ideário autoritário, que lhe propiciava as condições mais vantajosas possíveis: para gerar uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; para fixar uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista livre de qualquer oposição possível; para expressar seus interesses, tanto no plano econômico quanto no plano político e social através do Estado, e para reprimir, pela intimidação ou pela violência, qualquer ameaça operária ou popular da subversão da ordem – mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”. (FERNANDES, 1975, p. 217). Por aí pode se compreender quantas e tamanhas dificuldades enfrentariam, no Brasil, as forças populares para criar uma organização política capaz de intervir nos conflitos resultantes da luta de classes, que se tornavam mais agudos a cada dia.

Por conseguinte, a análise do pensamento autoritário brasileiro ajuda a desvendar de que maneira a modernização conservadora tornou-se programa de determinados grupos sociais e o modo pelo qual obtêm o consenso mínimo necessário para efetuar tal programa.

Ao reconstruirmos o movimento de longo prazo e da conjuntura, podemos perceber a existência de uma cultura política brasileira com traços bastante autoritários, não espontâneos, posto que essa cultura é historicamente produzida, não sendo uma abstração meramente pressuposta que dispense mostrar como se constrói.

De posse dessas breves análises, acentua-se a necessidade do constante diálogo com a história passada e recente de modo a inquirir permanentemente a verdadeira essência da democracia que temos vivenciado no país. Talvez seja o caso de considerarmos a advertência do romancista norte-americano William Cuthbert Falkner (1967, p. 270): “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado”. Em outras palavras, é possível que a freqüente revisitação do pensamento político do século XX produza uma melhor compreensão dos problemas institucionais e políticos vivenciados nesse início de século XXI. Em suma, a inteligibilidade dos processos políticos do presente não pode se completar sem a reconciliação com a história das ideias políticas.

É óbvio que as reflexões aqui apresentadas não pretendem ser mais do que uma breve introdução à relevância do estudo do pensamento autoritário no Brasil. Entretanto, parece claro que elas apontam, entre outras coisas, a necessidade de se examinar a significação histórica assumida pela democracia na cultura política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Azevedo. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930.
- _____. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Brasiliense, 1934.
- _____. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.
- _____. *O Estado autoritário e a realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1941.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. (1937-1945). Rio de Janeiro: São Paulo, Difel, 1976.
- DINIZ, Eli. *Empresários e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FAULKNER, William. Address upon Receiving the Nobel Prize for Literature. *The Portable Faulkner*: Revised and Expanded Edition. New York: Ed. Malcolm Cowley/The Viking Press, 1967, pp. 723-24.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FREIRE, Silene de Moraes. Suportes ideológicos do corporativismo brasileiro. In: *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo: PPGS/FFLCH/CAPE-S-CNPq, 1994. p. 64-87
- _____. Forças Armadas, revolução passiva e resolução dos conflitos políticos no Brasil. In: *Cadernos (SYN)thesis*. Vol III, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ, CCS, 1998, p. 77-86.
- _____. Liberalismo no Brasil: uma idéia "fora do lugar"? In: *Em Pauta*, n. 15, Rio de Janeiro: UERJ/ FSS, 1999. p. 59-72.
- _____. Estado, democracia e questão social no Brasil. In: BRAVO, M. I. e PEREIRA, P. P. *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2001. p.149-172.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho; política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: BORIS, Fausto (org.). *O Brasil Republicano. VII*. Rio de Janeiro: Difel, 1985.
- LIMA, Maria. Regina Soares; DINIZ, Eli. Elites e desenvolvimento: administradores públicos. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 8. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 1971. p. 120-122.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978, 4ª ed.

- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, 2ª. ed.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder e política; crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- SODRÉ, Nelson W. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989, 16ª. ed.
- TAVARES, José Nilo. *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- TORRES, Alberto. *O Problema nacional brasileiro*. São Paulo: Editora Nacional, 1914.
- _____. *A organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1933, 2ª ed.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 2ª. ed.
- _____. *Travessia: da abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.
- VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. Rio de Janeiro: Cia. Editora, 1930.
- _____. *Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- _____. *Populações meridionais no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1ª vol. 1952a, 5ª. ed.
- _____. *Instituições políticas brasileiras*. 2.vols. Itatiaia, São Paulo. Editora da USP, Niterói, Rio de Janeiro, Editora da UFF, 1987.

Recebido em 10 de outubro de 2008.

Aceito para publicação em 20 de maio de 2009.